

Relatório de Formação Profissional 2018

ÍNDICE

I. Enquadramento Legal.....	3
I.1. Objetivos da Formação Profissional.....	3
I.2. Plano de formação profissional	4
I.3. Relatório de formação profissional.....	4
II. Orçamento para formação profissional em 2018.....	4
III. Plano de formação aprovado para 2018	5
IV. Formação profissional realizada em 2018	6
IV.1. Formação planeada e realizada	6
IV.2. Formação realizada e não planeada	7
IV.3. Resumo geral da formação realizada.....	9
V. Execução do orçamento para formação em 2018.....	11
VI. Conclusões.....	12

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Dotação do orçamento para 2018 destinada à formação.....	5
Tabela 2 - Formação modular aprovada	5
Tabela 3 - Formação interna aprovada	6
Tabela 4 - Formação planeada e realizada.....	7
Tabela 5 - Ações de formação realizadas e não planeadas.....	8
Tabela 6 – Número de participações em ações de formação profissional, segundo o tipo de ação e a duração	9
Tabela 7 – Número de participações em ações de formação profissional e de horas de formação, por grupo profissional.....	9
Tabela 8 - Participações e horas de formação por área de formação.....	10
Tabela 9 – Execução orçamental em 2018 relativa à formação profissional	11

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentagem das horas de formação por grupo profissional.....	10
Gráfico 2 – Percentagem das horas de formação por área de formação	11

I. Enquadramento Legal

A formação profissional é um importante instrumento estratégico de modernização e transformação da Administração Pública que se encontra regulamentado pelo Decreto-Lei nº 86-A/2016, de 29 de dezembro.

I.1. Objetivos da Formação Profissional

De acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 86-A/2016 a formação profissional tem por objetivos:

- a) Capacitar os órgãos e serviços da Administração Pública, através da qualificação dos seus trabalhadores e dirigentes, para responder às exigências decorrentes das suas respetivas missões, atribuições e competências.
- b) Desenvolver competências de inovação e gestão da mudança, mediante a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades reflexivas e críticas, propiciadoras de comportamentos e atitudes ajustados aos necessários processos de modernização administrativa.
- c) Contribuir para a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas;
- d) Promover a capacitação humana para a governação digital.
- e) Assegurar a qualificação profissional dos trabalhadores e dirigentes e melhorar o seu desempenho, segundo referenciais de competências.
- f) Contribuir para o reforço da qualificação profissional, garantindo, sempre que necessário, a dupla certificação.
- g) Dinamizar uma cultura de gestão do conhecimento organizacional, que incentive e valorize a produção, a difusão e a utilização do conhecimento.

I.2. Plano de formação profissional

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016 o plano de formação profissional é elaborado de acordo com o diagnóstico de necessidades efetuado e deve, preferencialmente, atender:

- Às políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de inovação e modernização administrativas, garantindo uma abordagem prospetiva da atividade formativa;
- Às necessidades prioritárias dos trabalhadores face às exigências dos postos de trabalho que ocupam, aferidas de entre as áreas estratégicas definidas;
- À identificação de necessidades de formação decorrente do processo de avaliação do desempenho.

I.3. Relatório de formação profissional

Dispõe o artigo 13.º do referido diploma que os órgãos e serviços da Administração Pública devem reportar em plataforma digital a informação relativa à formação profissional desenvolvida e que a elaboração desse mesmo relatório de gestão da formação obedece aos indicadores disponibilizados pela entidade coordenadora da formação profissional.

O relatório deverá ser publicitado no sítio institucional na Internet do órgão ou serviço e remetido, preferencialmente por via eletrónica, à comissão de trabalhadores ou, na sua falta, à comissão sindical ou intersindical ou aos delegados sindicais, devendo também integrar o relatório de atividades, inserido no ciclo de gestão dos órgãos e serviços da Administração Pública.

II. Orçamento para formação profissional em 2018

O orçamento inicial de da DGAL para 2018 nas rubricas relativas à formação profissional era de 15.000 euros, sendo que após as cativações a dotação corrigida fixou-se nos 13.060 euros. A sua distribuição por classificação económica é a seguinte:

Tabela 1 - Dotação do orçamento para 2018 destinada à formação

(em euros)

Fonte de Financiamento	Classificação Económica	Dotação OE 2018	Dotação Corrigida final
111	D.02.02.15.A0.00 Formação (TIC)	10 000	8 500
111	D.02.02.15.B0.00 Outras	5 000	4 560
Total		15 000	13 060

III. Plano de formação aprovado para 2018

No sentido de serem apuradas as necessidades de formação para o ano de 2018 foi elaborado o diagnóstico das necessidades de formação por consulta aos trabalhadores e dirigentes das diferentes Unidades Orgânicas.

Tendo em conta a dotação orçamental disponível e bem assim as necessidades formativas, foi aprovado o Plano de Formação para 2018, por despacho da Senhora Diretora-Geral, de 27 de março, repartido entre formação modular e formação interna, nele não se incluindo a formação profissional referente à carreira de informática cujas ações de formação seriam aprovadas casuisticamente. Foram aprovadas 18 ações de formação, das quais 11 modulares e 7 internas, conforme constam das tabelas seguintes.

Tabela 2 - Formação modular aprovada

Cursos	Ações	Áreas formação APCentral	Formandos			Volume de formação	Local de realização	
			Cargo/Carreira	Número p/ ação	Horas formando Teóricas Práticas			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - I (contextualização geral)	1		Dirigentes, técnicos superiores e assistentes técnicos	15	14	210	DGAL	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - I (contextualização geral)	1		Técnicos superiores e assistentes técnicos	15	14	210	CFA - Coimbra	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - II	1		Dirigentes, técnicos superiores (juristas e outros envolvidos nos procedimentos inerentes)	15	21	315	DGAL	
REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - I (contextualização geral)	2		Dirigentes, técnicos superiores e assistentes técnicos	25	7	350	DGAL	
REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - I (contextualização geral)	1		Técnicos superiores e assistentes técnicos	21	7	147	CFA - Coimbra	
REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - II (preparação da aplicação)	1		Dirigentes e técnicos superiores	15	14	7	315	DGAL
ANÁLISE FINANCEIRA DAS AUTARQUIAS - técnicas e indicadores	1		Dirigentes e técnicos superiores	15	7	14	315	DGAL
MÉTODOS DE ESTIMATIVAS DE RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1		Dirigentes e técnicos superiores	15	3,5	17,5	315	DGAL
EXCEL AVANÇADO	1		Dirigentes e técnicos superiores	12		21	252	DGAL
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS EM WORD	1		Dirigentes e técnicos superiores	12		21	252	DGAL

Tabela 3 - Formação interna aprovada

Cursos	Ações	Áreas formação APCentral	Formandos				Volume de formação	Local de realização
			Cargo/Carreira)	Número p/ ação	Horas formando			
					Téóricas	Práticas		
Outlook (gestão do tempo)	2		Dirigentes, técnicos superiores e assistentes técnicos	25	3,5		175	DGAL
Gestão Documental	2		Dirigentes, técnicos superiores e assistentes técnicos	25	3,5		175	DGAL
SISAL	2		Dirigentes e técnicos superiores	20	7		280	DGAL
O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018 E O SUBSETOR LOCAL	1		Dirigentes e técnicos superiores	25	3,5		87,5	DGAL

As 18 ações de formação previam um total de 350 participações e um volume de formação de 3.398,5 horas.

IV. Formação profissional realizada em 2018

IV.1. Formação planeada e realizada

Conforme indicado no ponto anterior foram aprovadas 18 ações de formação previstas, das quais 11 modulares e 7 internas.

Atendendo a alguns constrangimentos foram realizadas apenas 2 ações de formação, conforme se apresenta na tabela seguinte, sendo que a referente à formação no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados, prevista desdobrar-se em 3 ações para o módulo I, com a duração de 7 horas cada e abrangendo 71 formandos, e 1 ação para o módulo II com a duração de 14 horas e abrangendo 14 formandos foi, atendendo a condicionalismos vários, reestruturada numa única ação com a duração de 14 horas e que veio contemplar 26 formandos, ou seja 37% do inicialmente previsto.

De referir que a ação de formação em Contratação Pública I estava prevista realizar-se com uma edição específica para os trabalhadores da unidade desconcentrada do CFA – Coimbra. Não se tendo realizado 2 dos seus trabalhadores frequentaram a ação ministrada na unidade central de Lisboa.

A formação planeada e realizada teve 54 participações e um volume de formação de 756 horas, correspondendo a 15,4% das participações planeadas e 22,2% do volume de formação planeado, e um custo total de 2 594,20 euros.

Tabela 4 - Formação planeada e realizada

Formação planeada e realizada	N.º de ações		N.º total de horas		N.º Formandos		Custo (€)
	Planeadas	Realizadas	Planeadas	Realizadas	Previstos	Efetivos	
Regulamento Geral de Proteção de Dados I	3	1	21	14	71	26	1 561,00
Regulamento Geral de Proteção de Dados II	1		14		15		
Contratação Pública I	2	1	14	14	30	28	1 033,20
Total	6	2	49	28	116	54	2 594,20

As ações de formação foram realizadas como formação interna, tendo a do Regulamento Geral de Proteção de Dados sido protocolada com o INA e a da Contratação Pública sido adquirida a formador externo.

Em relação à formação interna (formadores internos) não foi igualmente possível a realização das ações previstas.

IV.2. Formação realizada e não planeada

Não obstante e atendendo às dificuldades na execução da formação planeada, foi possibilitada aos trabalhadores da DGAL a frequência de ações de formação não previstas no Plano aprovado assim como em autoformação.

Foram assim frequentadas 33 ações de formação que não se encontravam planeadas, uma interna e 32 externas, traduzindo 114 participações, 828 horas de formação e com um custo total de 5 892 euros.

Das 32 ações de formação externas 7 foram frequentadas ao abrigo do regime de autoformação, com 13 participações e abrangendo 9 trabalhadores.

A tabela seguinte elenca as ações de formação realizadas e não planeadas.

Tabela 5 - Ações de formação realizadas e não planeadas

Ações de formação realizadas e não planeadas	N.º de participantes	N.º total de horas	Custo (€)
Internas			
A Abordagem PPP a nível municipal	43	214,5	Gratuita
Externas			
Auxílios do Estado	5	32,5	Gratuita
Sessão de sensibilização sobre auxílios do Estado	2	12,0	Gratuita
A Revisão da Legislação do Contencioso Administrativo em debate	1	4,0	Gratuita
Roadshow sobre o Novo regulamento Geral de proteção de Dados	6	18,0	Gratuita
Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados	1	3,0	Gratuita
RGPD e a Administração Pública: Os desafios de implementação	4	12,0	Gratuita
Regulamento Geral de Proteção de dados	3	75,0	Gratuita
O Regulamento Geral da Proteção de Dados na Contratação Pública	4	16,0	100 €
Aquisição de equipamentos e serviços	1	25,0	Gratuita
Conferência Internacional sobre Centralização de Compras Públicas	2	14,0	100 €
Desafios para o controlo da Administração Financeira do Estado	2	13,0	Gratuita
Conferência Orçamento de Estado	3	12,0	Gratuita
10.º Congresso Nacional da Administração Pública - Inovação sem fronteiras: A realidade por trás dos mitos e barreiras	5	37,5	Gratuita
Desafios da Reforma da Administração Financeira do Estado	2	8,0	Gratuita
Contratação Pública e Parcerias Público-Privadas	1	5,5	Gratuita
Código da Contratação Pública	1	21,0	Gratuita
Plataforma VORTAL	4	16,0	615 €
Apresentação do Anuário financeiro dos municípios portugueses	2	6,0	Gratuita
Developing OutSystems Web Aplications 010	2	72,0	4 797 €
Relevância e Efetividade da Justiça Financeira no Século XXI	4	15,0	Gratuita
Workshop on Cash Forecasting Reform in Portugal	4	56,0	Gratuita
2.ª Conferência Anual das Autoridades de Transportes	1	3,0	Gratuita
Sistema de Gestão de Receita (SGR)	1	6,0	Gratuita
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	1	28,0	280 €
A necessidade de Prestação de Contas	1	3,0	Gratuita
Public Financial Management	1	45,0	Gratuita
Autoformação			
Pós-graduação em Contratação Pública	1	27,0	Autoformação
Ambiente de trabalho positivo: missão possível	2	8,0	Autoformação
Conferência Internacional "Diversidade e Pluralismo nos Média"	1	7,5	Autoformação
Colóquio de Direito Administrativo (CCP)	1	5,0	Autoformação
Colóquio Doutoral da ESPP	1	3,5	Autoformação
Portugal Smart Cities	1	4,0	Autoformação
Total	114	828,0	5 892 €

IV.3. Resumo geral da formação realizada

Foram realizadas/participadas 35 ações de formação, incluindo as ações proporcionadas no regime de autoformação, num total de 168 participações, cuja frequência em função da duração das ações de formação é a que consta da tabela seguinte, verificando-se que 98% tiveram duração inferior a 30 horas.

Tabela 6 – Número de participações em ações de formação profissional, segundo o tipo de ação e a duração

Duração \ Tipo de ação	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	97				97
Externas	68	3			71
Total	165	3	0	0	168

Nota: N.º de participações = soma do n.º de trabalhadores que participarem em ações (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes conta como 2 participações).

As 168 participações em ações de formação correspondem à frequência das mesmas por 56 trabalhadores, tendo a formação proporcionada pela DGAL abrangido 78% dos trabalhadores.

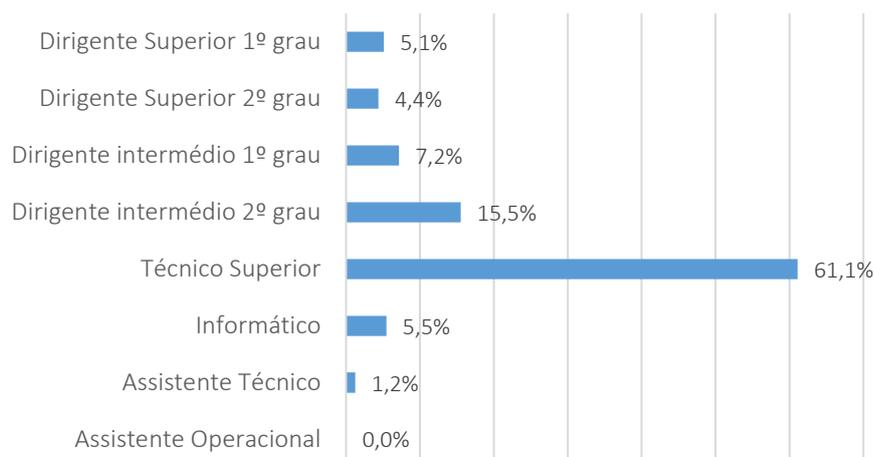
A participação em ações de formação interna representou 58% do total das participações e 61% do número de horas total de formação, que se representa na tabela seguinte:

Tabela 7 – Número de participações em ações de formação profissional e de horas de formação, por grupo profissional

Tipo de ação/Grupo Profissional		Dirigente Superior		Dirigente intermédio		Técnico Superior	Informático	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
		1.º grau	2.º grau	1.º grau	2.º grau					
Internas	N.º de ações	4	5	8	12	65	1	2	0	97
	N.º. de horas	47,5	61,5	75,0	122,5	617,0	14,0	19,5	0,0	957,0
Externas	N.º de ações	2	1	8	18	40	2	0	0	71
	N.º. de Horas	33,0	7,5	37,5	121,0	342,5	72,0	0,0	0,0	613,5
Total	N.º de ações	6	6	16	30	105	3	2	0	168
	N.º. de horas	80,5	69,0	112,5	243,5	959,5	86,0	19,5	0,0	1570,5

Do total de horas de formação realizada, conforme apresentado no gráfico seguinte, 61% foram despendidas por técnicos superiores, que de resto representam 52% do número total de trabalhadores da DGAL.

Gráfico 1 – Percentagem das horas de formação por grupo profissional



As áreas de formação frequentadas constam da tabela seguinte:

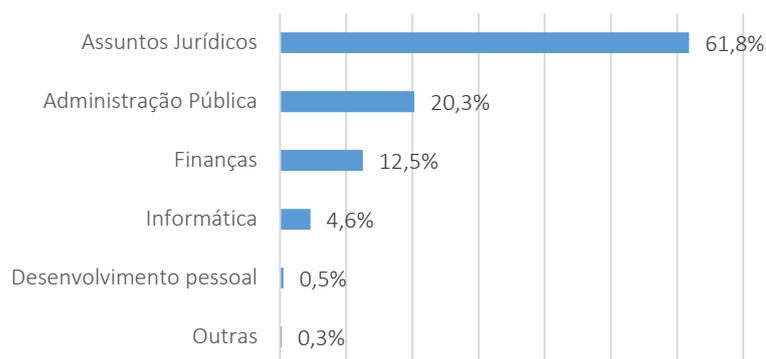
Tabela 8 - Participações e horas de formação por área de formação

Áreas de Formação	N.º Participações	N.º horas de Formação
Assuntos Jurídicos	80	971,0
Administração Pública	59	319,0
Finanças	24	196,5
Informática	2	72,0
Desenvolvimento pessoal	2	8,0
Conteúdos online	1	4,0
Fundos Comunitários	0	0,0
Gestão	0	0,0
Secretariado	0	0,0
TOTAL	168	1570,5

Nota: N.º de participações = soma do n.º de trabalhadores que participarem em ações (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes conta como 2 participações).

A área em que se registou um maior número de participações e de horas de formação foi a dos Assuntos Jurídicos, tal como havia acontecido no ano anterior, encontrando-se a sua distribuição relativa representada no gráfico seguinte.

Gráfico 2 – Percentagem das horas de formação por área de formação



Em anexo apresenta-se a formação realizada em 2018.

V. Execução do orçamento para formação em 2018

A formação realizada traduziu-se num custo total de 8 286,20 euros, sendo que foram pagos em 2018 pelo Orçamento da DGAL 6 445,20 euros, correspondendo a uma execução de 49,4% da dotação corrigida final.

Tabela 9 – Execução orçamental em 2018 relativa à formação profissional

(Un: euros)

Fonte de Financiamento	Classificação Económica	Dotação orçamental		Despesa com formação			Execução do orçamento 2018 (%)
		Dotação 2018	Dotação final 2018	Paga pelo orçamento 2018	Paga pelo orçamento 2019	Total	
111	D.02.02.15.A0.00 Formação (TIC)	10 000,00	8 500,00	4 797,00		4 797,00	56,4%
111	D.02.02.15.B0.00 Outras	5 000,00	4 560,00	1 648,20	1 841,00	3 489,20	36,1%
Total		15 000,00	13 060,00	6 445,20	1 841,00	8 286,20	49,4%

A verba paga em 2018 corresponde ao custo das ações de participação externas e bem assim da formação interna contratada relativa à ação de formação “Contratação Pública I”. Não foram pagas pelo orçamento de 2018 uma das ações de formação externa e a formação protocolada com o INA “Regulamento geral de proteção de dados”.

A relação entre o custo da formação efetivamente realizada e a dotação inicial destinada à formação assim como à disponível no final do ano, independentemente do seu pagamento pelo orçamento de 2018 ou 2019 é de 55,2% e 63,4%, respetivamente.

VI. Conclusões

Das 18 ações de formação previstas, das quais 11 modulares e 7 internas foram realizadas 2 modulares, a saber “Regulamento Geral de Proteção de Dados” e “Contratação Pública I”. No entanto, a primeira configurou uma reestruturação de ação de formação aprovada, com a condensação das 3 ações de formação previstas em apenas 1 ação de formação.

A formação planeada e realizada teve 54 participações e um volume de formação de 756 horas, correspondendo a 15,4% das participações planeadas e 22,2% do volume de formação planeado, e um custo total de 2.594,20 euros.

Foi, no entanto, ainda proporcionada a participação em ações de formação, não planeada, num total de 33 ações de formação, 32 das quais externas incluindo 7 ao abrigo do regime de autoformação. A formação não prevista no Plano de formação correspondeu a 114 participações, num total de 828 horas.

No total verificaram-se 168 participações em ações de formação, incluindo as abrangidas pelo regime de autoformação, 58% das quais em ações de formação internas, abrangendo 78% dos trabalhadores da DGAL e um volume de formação de 1.570,5 horas.

A formação profissional realizada pelos trabalhadores importou em 8.286,20 euros, tendo sido pagos 6.445,20 pelo orçamento de 2018, correspondendo a uma execução de 49,4% da dotação final prevista no mesmo.